

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

10 a 17 de Janeiro de 1993

Nº 70

ANGOLA: Governo passa a ofensiva militar.

Utilizando a justificativa de "legítima defesa", as FAA entraram na luta contra as forças militares da UNITA. Os últimos dias foram marcados pelo alargamento de violentos conflitos armados em várias regiões do país, que estavam sob o domínio da UNITA desde a crise pós-eleitoral.

A força e a amplitude desta ofensiva implementada pelo governo assustaram não só aos observadores internacionais, mas principalmente aos dirigentes da UNITA. A surpresa teria sido provocada pela rápida superação da anterior atitude governamental dirigida pelo presidente José Eduardo de buscar sempre demonstrar a provocação imposta pela UNITA e a respectiva tolerância por parte do governo. A alteração na estratégia governamental face as ações da UNITA, neste determinado momento, confirma a existência de um grande apoio, por parte de vários militantes do MPLA, não só os militares, mas também os membros do governo, em torno da alternativa do confronto, que foi sendo fortalecida paralelamente ao acúmulo de fracassos nas negociações para a crise.

O sucesso inicialmente obtido pelo governo nesta ofensiva militar pode acarretar numa mudança de orientação por parte da UNITA. O movimento de Jonas Savimbi, que subestimou a capacidade de reação do governo, poderá ver fracassada a sua estratégia de negociar a partir de um domínio sobre grande parte do território. Esta constatação poderá criar uma nova alternativa para a crise, a partir do interior da própria UNITA, que certamente será obrigada a elaborar uma nova forma de atuação.

Apesar da intensidade da ofensiva governamental ter provocado um grande desânimo nos observadores dos acordos de Bicesse (Portugal, EUA e Rússia), estes parecem ter decidido utilizar, como uma espécie de "balmante" para conter as ações militares do governo, uma série de declarações contra a atitude inicial da UNITA de desrespeito as eleições realizadas em setembro. Provavelmente, essas declarações, que teriam funcionado como um escudo protetor a linha mais moderada do MPLA, tenham surgido com demasiado atraso. (p.01 a 07) MB.

ÁFRICA DO SUL: Transição e crise.

Concluir todas as etapas de negociação política na transição para uma nova sociedade sem imergir no descontrole total. Este é o dilema enfrentado, neste momento, pela África do Sul. A perspectiva de um colapso institucional se avizinando faz a crise sul-africana assumir um grau de dramaticidade crescente. Aliás, crise é um dos traços marcantes na realidade deste país. A outra palavra que resume a natureza desta é transição. Sob o signo destes dois espectros — crise e transição — a África do Sul vem tentando avançar na construção das bases sociais necessárias para a convivência pacífica entre brancos e negros.

Identificar crise e transição como dois aspectos importantes no momento que a África do Sul atravessa não basta. É preciso entendê-los na sua íntima interligação. Se por um lado a consumação da transição pode significar a superação da crise, por outro lado, os contornos atuais desta podem danificar, ou até mesmo destruir, o delicado e complexo processo de transição. Isto é, as reformas são fundamentais, significam a chance histórica para os sul-africanos ingressarem numa era menos traumática. No entanto, o exacerbamento dos conflitos internos — com a escalada de violência ostensiva — pode se tornar um obstáculo intransponível. Realizar a transição significa realizar o diálogo, exatamente, o ponto mais atingido com as feições tão violentas na crise sul-africana.

A questão central, hoje, na África do Sul não é a luta por mudanças, já que a definição acerca da inevitabilidade destas aconteceu já em 1990. Neste ano, com o início do governo De Klerk, foram desencadeadas as primeiras ações para demolir o apartheid. Desta forma, diferentemente do que poderia ser imaginado, as lutas não têm como propósito forçar o governo sul africano a fazer modificações na ordem institucional do país. Estas, já estão sendo produzidas. A questão, agora, é definir o caráter das mudanças a serem introduzidas, o que, inevitavelmente, exigirá um grande esforço de articulação entre as forças conflitantes na África do Sul. (p.11 e 12) RAF.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

Vicente Ululu (RENAMO)

«Estamos prontos para lutar politicamente»

PERTENCENTE à etnia guerreira maconde, Vicente Zacarias Ululu é secretário-geral da Renamo. De 45 anos, vive separado da mulher, uma moçambicana naturalizada queniana, e tem quatro filhos. Foi seminarista, cursou tipografia, defendeu durante cinco anos as cores da Frelimo, foi «professor» de inglês de Afonso Dhlakama nas horas vagas, nas matas da Gorongosa, e exerceu diversos cargos no movimento que durante 17 anos combateu militarmente o Governo de Maputo.

EXPRESSO — O que representa para a Renamo o Acordo Geral de Paz (AGP) assinado em Outubro por Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama?

VICENTE ULULU — A Renamo nunca foi apologista da guerra. Fomos sempre pelo diálogo, mas a Frelimo aconselhou-nos a recorrer à violência para acabar com a violência. Para a Renamo, o Acordo Geral de Paz foi uma vitória, porque a guerra que desenvolvemos durante mais de 16 anos foi-nos imposta pelo totalitarismo da Frelimo, e a democracia pluralista consagrada no AGP foi sempre a razão da nossa luta — e não a tomada do poder militarmente. O simples facto de a Frelimo nos ter finalmente reconhecido como seres humanos foi um passo importante. Diziam que éramos animais e que comíamos gente.

EXP. — Qual é o «estado de saúde» do Acordo Geral de Paz?

V.U. — Para a Renamo, o AGP está a ser cumprido integralmente, porque o nosso presidente é escravo da sua palavra e tem controlo das suas forças no terreno. Há rigorosíssimas instruções para os nossos soldados não dispararem, nem por lapso, as ordens no nosso movimento são para ser cumpridas e não há divergências entre políticos e militares.

EXP. — O que é que a Renamo não conseguiu fazer incluir no AGP?

V.U. — A Renamo fez muitas cedências, mas não tínhamos outra alternativa. O povo já não podia mais com a guerra. Perdemos ao permitir a continuação do SNASP ou SISE (polícia política). No entanto, conseguimos garantias de que comissões imparciais (COMINFO e COMPOL) supervisionarão estes dois corpos para não mais violarem os direitos humanos e a legalidade. Mas, na globalidade, o AGP valeu a pena.

EXP. — Falou na terça-feira com Joaquim Chissano. O que acha dele como pessoa?

V.U. — Encontrei o mesmo Joaquim Chissano dos anos 60, quando juntos estávamos na Frelimo: um homem íntegro, concentrado nos seus objectivos, desejoso de paz.

EXP. — E como Presidente da Frelimo e da República de Moçambique?

V.U. — É meu adversário político. Está mal acompanhado e movimenta-se com mui-

tas dificuldades dentro do seu partido, praticamente está de braços e pernas atados, porque na cúpula da Frelimo há indivíduos — e não são poucos — descontentes com a democracia multipartidária e que ainda não se conformaram com a actual situação. O Presidente Chissano sabe muito bem disso. O seu poder é extremamente fraco e corre mesmo o risco de perder o equilíbrio.

EXP. — E como comandante-chefe das Forças Armadas de Moçambique?

V.U. — Não controla absolutamente nada. Não estou a ver o Presidente Joaquim Chissano a ordenar motins militares, violações do AGP, a par da desorganização e corrupção generalizadas no seio das FPLM.

EXP. — Afonso Dhlakama tem a situação sob controlo na Renamo?

V.U. — Sem dúvidas. Tanto que ninguém desobedece às ordens por ele dadas. Na Renamo as ordens são para ser cumpridas.

EXP. — Não será culto de personalidade ou medo do absolutismo de Afonso Dhlakama?

V.U. — Na Renamo não há culto de personalidade, não há medo, há respeito e obediência. As decisões da Renamo não são de Afonso Dhlakama, são do Conselho Nacional, democraticamente eleito, do qual Dhlakama é membro e ao qual coincidentemente preside. Há ideias do presidente que, depois de analisadas no Conselho Nacional, são reprovadas.

EXP. — Pode dar exemplos?

V.U. — São tantos que não os fixei.

EXP. — A Renamo massacrou muitos civis e destruiu muitos bens durante a guerra. Quer comentar?

V.U. — Isso é o resultado da propaganda da Frelimo. Repito que, para a Frelimo, nós somos animais selvagens e comemos gente, não temos direcção nem objectivos políticos. Se só andávamos a matar civis, porque é que as FPLM fugiram de vários pontos do país onde montámos a nossa administração? Alguma vez a Frelimo disse que atacámos um quartel das FPLM ou matámos um só dos seus soldados? É melhor não voltarmos a falar da guerra. A luta política já começou e nós estamos preparados para ela.

EXP. — A Frelimo pintou assim a Renamo. O que é que vocês fazem agora para mudar essa imagem?

V.U. — Estamos a fazer trabalho político intenso nas zonas urbanas, onde durante vários anos não podíamos actuar. Não temos mãos a medir e recebemos diariamente dezenas de jovens a pedir adesão à Renamo, apesar de saberem que serão alvos dos militantes e soldados da Frelimo, que andam a bater os nossos militantes e nada se diz.

Reinaldo Chilengue,
correspondente em MAPUTO

"Sábado" abre-se a franceses, angolanos e moçambicanos

Carlos Romero e Fernando Marques

Os franceses do Groupe Garibaldi Communication, que operam "na área da comunicação institucional e empresarial" e têm "relações estreitas" e "afinidades várias" com as empresas detentoras do "Courier International" e "L'Évènement du Jeudi", entraram recentemente no capital da empresa proprietária da revista "Sábado", disse ao PÚBLICO Vasco Fraga, director da revista e presidente do Conselho de Administração da Invesmídia, SA. Com os franceses, tomaram posição no capital da proprietária da "Sábado" "empresas sediadas em Angola e Moçambique", algumas delas "com participação de capitais portugueses", adiantou-nos Vasco Fraga, sem no entanto especificar. A Fundação António Verney, que "agrega institutos superiores privados", vai também entrar no capital da Invesmídia, embora a sua participação não esteja ainda formalizada.

As negociações que levaram à alteração da estrutura accionista da Invesmídia iniciaram-se, "com esta configuração", no início de Setembro e ficaram "praticamente concluídas" em Dezembro. Os novos accionistas passaram a controlar grande parte da posição que a Lisgráfica detinha (por via de créditos transformados em capital), embora a empresa gráfica continue a manter "uma posição simbólica" na Invesmídia.

Vasco Fraga escusou-se a referir as participações que os novos accionistas passaram a deter na sociedade proprietária da "Sábado", limitando-se a dizer que o Groupe Garibaldi tem agora "uma posição interessante". O PÚBLICO apurou, contudo, que, dos novos sócios, a Fundação António Verney subscreverá uma posição pouco mais do que simbólica, vindo da África lusófona a fatia mais substancial de capital. Um dos elementos com um papel influente no negócio terá sido Carlos Antunes, que ultimamente se tem reunido com responsáveis da Invesmídia, nomeadamente com Vasco Fraga. O director da "Sábado" confirmou os contactos com Carlos Antunes, admitiu que ele ajudou a conhecer "algumas pessoas" ligadas às empresas com

interesses em África, mas que, "em termos formais", Antunes "não tem nada a ver" com o negócio concretizado, tendo funcionado muito mais como pessoa ligada ao "movimento ecologista internacional", para ajudar a definir a linha da revista na vertente ambiental.

O "plano africano" da "Sábado", que arrancou com a abertura de delegações em Joanesburgo e Maputo (esta última chefiada pela ex-correspondente do PÚBLICO, Teresa Lima), será reforçado já na próxima segunda-feira com a entrada em funcionamento de uma delegação da revista em Luanda, chefiada por Artur Queirós, que até agora coordenou a delegação do Porto. Seguir-se-á, como nos confirmou Vasco Fraga, a abertura de delegações em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

Nesta nova fase da publicação, a grande aposta passa pelo aumento da penetração da revista em Angola, pretendendo-se que as vendas ultrapassem os actuais 5000 exemplares, destinados preferencialmente aos quadros portugueses lá instalados. A forte aposta nos PALOP poderá ganhar ainda maior dimensão dentro de "seis meses ou um ano", com a provável edição de um caderno especialmente dirigido ao mercado angolano. Da ligação ao grupo francês (de quem não conseguimos obter qualquer confirmação ou comentário a este negócio), poderá resultar a edição portuguesa do "Courier International", projecto que, neste momento, está "em carteira".

A reestruturação deverá implicar algumas mudanças na direcção editorial. Vasco Fraga acumula, para já, o cargo de director com o de presidente da administração da Invesmídia, embora o próprio tenha dito ao PÚBLICO que esta situação não se prolongará por muito tempo, porque Fraga considera-se "um gestor, não um jornalista". Nessa altura, o cargo de director deverá ser desempenhado por Fernando Pereira Pinto, jornalista que fez parte dos quadros do "Jornal de Notícias" (JN). O ainda director-adjunto, João Mendes, deverá abandonar o cargo, mantendo-se, no entanto, na revista. Celestino Amaral, colaborador do "Expresso", e Baptista Bastos, da extinta "Época", estarão na mira da "Sábado" para reforço do quadro redactorial. A delegação do Porto, ao que apurámos, deverá ser chefiada por Júlio Roldão, ligado ao JN. Vasco Fraga não confirmou nem desmentiu nenhum destes nomes, dizendo que "é prematuro" falar, para já, na contratação de profissionais. ■

PÚBLICO

SÁBADO, 9 JANEIRO 1993

Governo de Angola prepara "limpeza" do Huambo

UM ATAQUE ao quartel-general de Jonas Savimbi, no Huambo, parecia estar ontem em preparação, à medida que a calma voltava à capital da província da Huíla, Lubango, de onde as forças governamentais desalojaram a UNITA após 24 horas de violentos confrontos no centro e nos arredores da cidade. O Estado-Maior General das FAA (o exército único que os generais da UNITA abandonaram em 6 de Outubro passado) enviou à capital provincial uma missão de inquérito, encarregada de fazer o levantamento dos confrontos em consequência dos quais comités-piloto, residências e estabelecimentos comerciais identificados com este partido foram destruídos e um número indeterminado de militares e simpatizantes de Savimbi mortos — mais de 200, segundo a UNITA; cerca de três dezenas, segundo o governador provincial.

Fontes independentes, citadas pela Agência France-Presse, dizem que o exército se prepara agora para um possível confronto no Huambo, a capital do Planalto Central, onde Savimbi instalou o seu quartel-general, depois de ter posto em causa a validade das eleições presidenciais de 29 e 30 de Setembro. A força aérea teria metralhado já posições da UNITA a cerca de 40 quilómetros da cidade, a fazer fé nas mesmas fontes.

Ontem à tarde, em Luanda, o brigadeiro das FAA, José Manuel "Jota", desmentiu indirectamente estas informações, ao atribuir os "raids" aéreos dos últimos dias em Angola à "necessidade de treinos" por parte dos pilotos. O brigadeiro "Jota" garantiu ainda que as forças armadas "não fizeram qualquer tipo de movimentação" durante a quadra festiva.

Outras fontes referem, porém, que Luanda lançou ataques, no último dia do ano, contra o Caxito, capital do Bengo, e Ndalatando, capital do Cuanza-Norte (retomada neste domingo, dizem fontes não oficiais). Seguro da simpatia internacional que ganhou devido ao comportamento da UNITA ao longo do processo de paz, o Governo angolano poderia ter iniciado o ano com a reconquista das capitais provinciais e municípios ocupados pelos homens de Savimbi durante a crise

que se seguiu ao acto eleitoral. "Resolvida a questão no Cuanza-Sul e na Huíla, será depois a vez da Lunda-Norte e Lunda-Sul", disseram, este fim-de-semana, fontes militares à Lusa.

Os combates no Lubango iniciaram-se a meio da manhã de domingo e reacenderam-se ao princípio da manhã de ontem nos subúrbios da capital provincial, mas divergem as versões de um e do outro lado. O governador local diz que tudo começou quando um elemento da UNITA lançou uma granada contra uma coluna militar que passava diante do hotel Império, no centro da cidade, onde se alojavam chefes militares deste partido, com as respectivas famílias. "Foi a gota que fez transbordar" um copo já cheio de espancamentos, assassinatos de sobras e detenção de oficiais governamentais, justificou o brigadeiro "Jota".

Segundo os homens de Savimbi, as Forças Armadas do Governo atacaram, pura e simplesmente, "todas as instalações da UNITA no Lubango". Jorge Valentim, secretário para a Informação da UNITA, diz que o seu partido não dispunha na cidade de forças militares que pudessem constituir uma ameaça e acusa Luanda de ter evitado tentativas anteriores dos representantes da ONU, a UNAVEM II, para que um cessar-fogo efectivo pudesse ser negociado.

Informações díspares continuam a correr também sobre o número de vítimas. Enquanto o segundo comandante da polícia do Lubango, Joaquim Manuel, reafirmava ontem, à Lusa, que se registaram 200 mortos do lado da UNITA (uma centena, só no hotel Império, segundo a agência oficial Angop), o governador da província garantia a uma rádio portuguesa que não ultrapassou as três dezenas o número de mortos.

Como aconteceu no início de Novembro em Luanda, milícias populares armadas pelo Governo combateram ao lado da polícia e com esta perseguiram e abateram militantes da UNITA, asseguram fontes citadas pela France-Presse. "Foi um autêntico massacre", acusou Jorge Valentim, que pediu um "inquérito minucioso", a cargo da UNAVEM II e dos observadores internacionais. ■

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 5 JANEIRO 1993

2 Generalização da guerra em Angola

Adelino Gomes

Combate-se no Bié, Benguela, Cunene. Esperam-se confrontos imediatos em quatro outras províncias do sul e leste. Até Cabinda pode não ser poupada, avisam militares do Governo. O MPLA quer expulsar os homens de Savimbi das principais cidades de Angola. Mas o alvo é o Huambo. "Para acabar com a UNITA", queixa-se o porta-voz da UNITA.

Com a polícia e a UNITA a acusarem-se mutuamente de responsáveis do sucessivo desencadear de confrontos armados desde o início desta semana, o porta-voz do Estado-Maior das Forças Armadas de Angola (FAA), brigadeiro José Manuel "Jota", disse ontem em Luanda que "a guerra deverá generalizar-se nos próximos dias "a todo o território". Espera-se que o Governo decrete, hoje, o estado de emergência, após o alastrar dos combates, que neste momento parecem poupar apenas três das 18 províncias de Angola — Zaire, Cuanza Sul e Malange.

Ontem, as forças governamentais deram mais um passo no sentido de fechar o cerco em torno do quartel-general da UNITA no Huambo, com o reforço do controlo sobre o Cuito, capital da vizinha província do Bié, onde notícias não confirmadas referiam que Jonas Savimbi se tinha refugiado. Ao mesmo tempo que consolidava posições nas cidades costeiras de Benguela, do Lobito e do Namibe (centro e sul), o Governo expulsou também a UNITA de Ongiva (ex-Pereira de Eça), capital da província do Cunene, no final de uma batalha iniciada na noite de terça-feira e que à hora de almoço de ontem era dada por terminada.

"A situação é catastrófica", comentou a meio da tarde o secretário para a Informação da UNITA, Jorge Valentim, à agência Lusa: "Todas as apostas mundiais e nacionais para a paz em Angola foram destruídas pelo Governo". Valentim, que falava por telefone a partir do Huambo, considera que o

próximo alvo será a província do Moxico, onde termina a ligação do caminho de ferro de Benguela do mar até ao Zaire. "Assim estará completo o cerco à cidade do Huambo", disse o dirigente, acusando o Governo do MPLA de pretender "acabar com a UNITA".

Numa aparente tentativa de preparação da opinião pública para a eclosão de novos confrontos, o porta-voz militar de Luanda disse esperar "novos combates nas províncias do Cuando Cubango (sul), Lunda Norte (nordeste) e Moxico (leste)", bem como no Uíje, enquanto fontes militares revelavam que os dois partidos iniciavam já preparativos para um eventual confronto armado em Cabinda, o disputado enclave petrolífero que faz fronteira com o Zaire e o Congo.

UNITA fora das cidades

Fontes oficiais confirmaram ontem as reconquistas de N'Dalatando, capital do Cuanza Norte, e da capital do Bengo, Caxito (trinta mil refugiados nos arredores de Luanda), ao mesmo tempo que a UNITA era acusada de proceder a movimentação de tropas não apenas nas áreas a sul do caminho-de-

-ferro de Benguela, mas também em Malanje e na Lunda-Sul, uma província que faz fronteira com o Zaire e onde as autoridades angolanas dizem ter sido vistos soldados daquele país enquadrados nas forças de Savimbi. Na capital desta província, Saurimo, a polícia — à semelhança do que fez em Luanda, Benguela e no Lobito — entregou armas a civis que montam guarda a edifícios públicos e bancos, enquanto as forças estacionadas em Malanje prepararam um ataque a Cangandala, ocupada pela UNITA.

Os acontecimentos dos últimos dias configuram "claramente uma operação organizada do Governo para expulsar a UNITA das principais cidades angolanas", comentava ontem à agência Reuter um diplomata ocidental. Nenhuma informação independente pôde ser obtida, contudo, nem sobre a situação real no terreno, nem sobre o número de baixas de ambos os lados. O exterior depende, como nunca, das declarações de porta-vozes do MPLA e da UNITA (neste caso, apenas, de Jorge Valentim, acantonado no quar-

tel-general de Savimbi no Huambo) e de informações veiculadas pela imprensa governamental angolana, com base na versão das polícias locais sobre os combates.

A fazer fé nestas informações, a UNITA falhou ontem uma tentativa para ocupar a povoação de Namacunde, no caminho de Ongiva para a fronteira da Namíbia, e a polícia detinha, a meio da tarde, o controlo completo do Cuito — apesar de "forte" resistência da UNITA, que terá chegado a bombardear o hospital civil da cidade — e das cidades costeiras do Namibe, de Benguela e do Lobito. Os combates prosseguiram contudo na periferia destas duas últimas localidades, onde se faziam sentir já carências de água e alimentos. Depois dos confrontos de domingo na vizinha capital do Lubango, não se avista "um único elemento da UNITA", contava uma fonte local, confirmando de algum modo queixas de Jorge Valentim segundo o qual os adeptos de Savimbi desapareceram de toda a província da Huíla.

Informações não confirmadas, veiculadas pela Lusa, indicam, entretanto, que os dirigentes militares e civis da UNITA na província do Huambo estariam a mudar de residência, prevenindo a hipótese de um ataque governamental. Jonas Savimbi e a direcção política da UNITA refugiaram-se na capital provincial, Huambo (ex-Nova Lisboa), depois da decapitação do seu partido na capital angolana, no início de Novembro. Informações circulavam ontem em Luanda garantindo que o general Ben-Ben, desaparecido desde os sangrentos combates de Luanda, acabara de se juntar aos seus companheiros, o que a confirmar-se constituiria uma das raras boas notícias para Savimbi. Ben-Ben, dado como morto durante várias semanas, chefiava o estado maior da UNITA e foi apontado o mês passado por Jonas Savimbi para representante do seu partido para a vice-chefia do estado maior general das FAA, o exército único de que os generais da UNITA se retiraram em 6 de Outubro, solidários com as alegações de fraude eleitoral lançadas pelo líder do seu partido contra o Governo do MPLA. ■

rera em Luanda no dia 31 de Outubro, também com o apoio de civis armados. A situação no Uíje e no Negage (importante base aérea) não é ainda clara, mas fontes militares admitiam a possibilidade de confrontos nos próximos dias.

A reacção militar do Governo angolano orientou-se, na primeira fase, para o Sul do território, o que é interpretado por observadores como um esforço de isolamento de Savimbi

Uma estratégia sem surpresa

"A CONTENÇÃO, boa fé e disponibilidade para o diálogo que o Governo mantém começam a chegar perigosamente aos seus limites", advertia o Presidente da República, Eduardo dos Santos, no discurso da tomada de posse do novo Governo, no dia 4 de Dezembro de 1992.

Nessa altura, a UNITA ocupava — no rescaldo dos sangrentos confrontos do último fim-de-semana de Outubro — as cidades nortenhas do Caxito (capital do Bengo), N'Dalatando (capital do Cuanza Norte), Uíje e Negage (província do Uíje). Na cidade petrolífera do Soyo e na capital do Cuanza Sul (Sumbe), guerrilheiros de Jonas Savimbi e forças governamentais travavam duros combates. O Governo acusava ainda a UNITA de cercar a capital do Bié (Kuito) e de intensificar a movimentação de tropas no plano central.

Durante três semanas, com a mediação da UNAVEM (missão das Nações Unidas em Angola), a UNITA adiou sucessivamente a retirada do Uíje e Negage — que ocupara 48 horas depois do encontro do Namibe, a 26 de Novembro, onde se assinalou a retomada do diálogo entre as duas partes.

O subsecretário de Estado-adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, partia pessimista de Luanda no dia 20 de Dezembro, após contactos com Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos. Não estava convencido que a UNITA retirasse do Uíje e Negage e tentou, sem sucesso, convencer o Presidente da República de que a única saída da crise seria fazer concessões à oposição armada. Mas Eduardo dos Santos foi inflexível: "Em nenhuma parte do mundo se viu o infractor pretender negociar com a ordem instituída, usando para tal a chantagem militarista e a má fé", argumentou.

Há cerca de duas semanas, as forças governamentais iniciavam a ofensiva para desalojar a UNITA das cidades do Caxito e de N'Dalatando, e no último fim-de-semana ferçavam a saída do movimento de Jonas Savimbi do Lubango (antiga Sé da Bandeira) e de Benguela — uma "operação de limpeza" que a UNITA comparou à que ocor-

— cujo paradeiro se desconhece mas se admite que já não esteja no Huambo. Ao virar-se para Sul, o Governo parece sobretudo querer afastar o espectro da divisão do país. A dispersão e a extensão do teatro de operações levam a crer estar-se perante uma estratégia coerente que visaria, num primeiro tempo, afastar a UNITA das cidades. ■

António Matos

Adelino Gomes e António Matos

De vitória em vitória, as forças do Governo chegaram à fronteira com o Zaire. Mas o Kuito pode cair nas mãos da UNITA. O chefe do Exército avisa: ou a UNITA pára ou será a guerra total.

A UNITA lançou ontem um apelo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e à Administração norte-americana "no sentido de exigirem uma cessação imediata das hostilidades" em Angola e da promoção "urgente de um encontro" entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Para os observadores, esta acção diplomática da UNITA pode ser interpretada como um sinal de desespero do movimento de Jonas Savimbi face à vitoriosa ofensiva militar do Governo angolano, que ontem se estendeu ao Nordeste do território e apenas parecia sofrer contrariedade no Kuito, capital do Bié.

Na cidade mineira do Dundo, província da Lunda Norte, os comités-piloto da UNITA fo-

ram totalmente destruídos, alegadamente por civis armados pelo Governo. Nesta região persistia a iminência de recontros violentos, já que, segundo uma fonte diplomática em Luanda, se verifica na fronteira da província da Lunda Norte com o Zaire uma grande concentração de tropas da UNITA.

O rescaldo dos recontros do litoral sul do país está ainda por fazer. De acordo com o relato de uma fonte citada pela agência Lusa, em Benguela e no Lobito, controladas pelo Governo, "os mortos são tantos que ainda não houve tempo para os contar". Fala-se em mais de um milhar de vítimas mortais, só nos dois primeiros dias de combates nestas duas cidades e ontem, em Luanda, o chefe do Estado Maior General das FAA, João Matos, revelou que neste momento há milhares de elementos da UNITA presos em todo o país.

O cenário trágico de Luanda — onde a caça ao homem dos primeiros dias de Novembro de 1992 deixou centenas de cadáveres nas ruas — ter-se-ia, pois, repetido esta semana no Planalto Central e no litoral sul. De Benguela, ontem de manhã, médicos lançaram um apelo dramático para o envio de medicamentos esgotados no hospital local.

Em aberto está ainda a questão do Uíge e do Negage (província do Uíge), cidades ocupadas pela oposição armada angolana no passado dia 28 de Novembro, apenas 48 horas depois da "declaração do Namibe", em que as duas partes em conflito haviam reatado o diálogo político. Luanda exige a libertação dos elementos de uma delegação governamental que se deslocara àquela província no passado fim-de-semana.

Por outro lado, o representante da UNITA em Paris, Marcelino Sanguende, desmentiu ontem que as forças governamentais angolanas tivessem reconquistado as cidades do Caxito e de N'Dalatando, duas capitais de província ocupadas pelo movimento de Jonas Savimbi desde o início de Outubro do ano passado. Fonte diplomática contactada pelo PÚBLICO em Luanda manifesta-se convicta, porém, de que as duas cidades regressaram já ao controlo governamental.

Depois de terem expulso a UNITA do Kuito (ex-Silva Porto), na quarta-feira, as forças governamentais experimentaram ontem grande dificuldade perante uma vigorosa contra-ofensiva dos homens de Savimbi. Com a queda do Kuito a ser encarada como hipótese em Luanda, o ge-

neral João Matos, admitia, ontem à noite, que as suas forças estavam a utilizar "todo o tipo de armamento", naquele que considerou o mais duro dos confrontos desta semana.

O chefe do Exército angolano, que revelou ter colocado as FAA "em alerta geral em todo o país", disse ter recebido "há poucos minutos" uma proposta da UNITA para um encontro no Huambo com o general Demóstenes Chilinguitila. Coloca, porém, uma condição absoluta: "A UNITA deve cessar imediatamente os seus movimentos militares ofensivos". Caso contrário, ameaçou: "Utilizaremos todo o nosso potencial bélico em todas as regiões do país".

Em Luanda, os observadores do processo de paz no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar procuram, também, promover um encontro entre delegações militares das duas partes, para a assinatura de um cessar-fogo. Inicialmente previsto para hoje, esse encontro adivinha-se, no entanto, improvável para os próximos dias. "A situação hoje em Angola é um imenso buraco negro", comentava ontem ao PÚBLICO um observador do processo de paz, confessando-se pessimista quanto a uma solução próxima para o conflito. ■

O que vai ser de Angola?

O HUGO disse na véspera de Natal: "O que eu queria logo à noite era uma grade de gasosa." Era a prenda que queria do Pai Natal. O Hugo vive no musseque do Kazenga, que é uma espécie de bairro de lata, em Luanda.

A Ana Rosa vive também lá e contou-me: "Quando dos combates, eles vieram a fugir para aqui. Nós agarrámos um, um bandido da UNITA. Pusemos-lhe sarapilheira à volta e bocados de pneu. Deitámos-lhe fogo. Os mais pequeno ajudaram." "E queimaram-no vivo?", pergunto. "Sim, eles são bandidos que nos iam matar a nós."

No Uíge, a terra do café, no Norte de Angola, a enfermeira Elvira diz que "assim não pode ser": "Os pequeno nascem e morrem logo. Não há medicamento, nem sangue, nem nada. Assim, eu vou embora."

Perto, um homem de camisola verde, sempre presente quando falo com as pessoas na rua, garante: "Nós, da UNITA, é que os viemos salvar. O presidente Savimbi sabe, ele sabe o que é bom para nós."

E depois... as eleições.

"Pois, as eleições. Vieram cá as Nações Unidas, os portugueses, os americanos e os russos. Nós votamos para quê?"; "eu agora já nem votava. A guerra continua"; "tem que vencer o mais forte" — estas são algumas das coisas que me contaram.

Na minha cabeça, a confusão era enorme. E então a democracia? Então, o poder do povo livremente expresso no voto? Então, porquê os acordos de Bicesse? Então, porque falha toda a tentativa de mediação? Então, porque é que cada vez que, na mesa das conversações, se fala do diálogo Eduardo dos Santos/Jonas Savimbi, no terreno, continuam os combates e há mais mortes no Bié, no Lubango, em Benguela? Então porque é que "todos" querem a paz para Angola e cada vez chegam mais aviões MiG, mais armas da África do Sul, da Bélgica, dos Estados Unidos?

O que é que a enviada das Nações Unidas, a senhora magra, loira e muito senhora de si, Margareth Anstee, anda aqui a fazer?

Como é que, numa semana, vai ao Uíge uma missão do Governo de Luanda falar com a UNITA para resolver o problema, isto é, repor o governo eleito e negociar a saída das

Opinião

Fátima Torres*

PÚBLICO

SÁBADO, 9 JANEIRO 1992

tropa da UNITA como prometeu Savimbi, e, na semana seguinte, dois elementos dessa missão são feitos prisioneiros pela UNITA dentro de um acampamento das Nações Unidas? Isto aconteceu no mesmo dia em que, no Lubango, as Forças Armadas Angolanas e a Polícia, fiéis ao presidente Eduardo dos Santos, atacavam o Hotel Império e prendiam um general da UNITA.

Como é que o presidente José Eduardo dos Santos diz que, se a UNITA continuar com acções agressivas, decreta em Janeiro o estado de emergência e, antes de decretar o que quer que seja, as tropas que lhe são fiéis se envolvem em combates em Benguela e no Bié?

Se isto tudo está a acontecer, o que vai ser de Angola?

No país dos diamantes, do petróleo, do café, dos meninos que morrem porque não há vacinas para o sarampo, no país onde os portugueses estiveram tanto tempo e depois os outros, continuou essa raiz mais forte de todas: África, África com as suas cores e cheiros fortes, onde negros, brancos e mestiços se sentam à mesma mesa, mas a mesma África que foi das tribos, a África dos espaços imensos que os europeus só artificialmente compartimentaram.

Em Angola, mandam os militares. Apesar das eleições, continuam a medir forças dois "senhores da guerra", José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Semana a semana, prometem que um dia se vão encontrar frente a frente, mas, no Sul, os combates fazem mais mortes todos os dias.

As Forças Armadas Angolanas iniciaram uma acção de "limpeza" da UNITA, que, por sua vez, também não desiste. Se tudo isto está a acontecer, o que vai ser de Angola?

É pergunta que não me sai da cabeça, quando, ao partir do Aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda, olho para um letreiro enorme onde está escrito "Angola no coração." ■

PS: Este rápido registo de memórias foi escrito "a quente", quando ainda me parece soarem-me nos ouvidos os tiros na noite de Ano Novo em Luanda. Tiros para o ar, em vez de foguetes, que há armas por todo o lado, armas que não estão "em boas mãos". Mas, nessa noite, morreram algumas dezenas de pessoas...

* enviada da RTP a Angola, entre 14 de Dezembro e 5 de Janeiro

O MINISTRO angolano do Interior admitiu ontem em Lisboa que os efectivos da polícia antimotim poderão atingir proximamente os 30 mil homens. André Pitra "Petroff", que é também o comandante-geral da Polícia angolana, falava no final de uma visita oficial em que abordou com o seu homólogo português, Dias Loureiro, "a cooperação com Portugal na área da formação profissional da polícia".

A visita de Pitra "Petroff" ocorreu naquele que não é, certamente, o melhor momento para um país observador do processo de paz estudar as acções de formação profissional com a polícia. É que, como o próprio "Petroff" reafirmou ontem, a polícia sustenta em Angola o actual esforço de guerra que pode comprometer em definitivo o espírito dos acordos de paz assinados no Estoril em 31 de Maio de 1991. O ministro angolano, talvez alertado para a delicadeza da situação, teve o cuidado de "esclarecer" que a sua visita a Portugal "correspondeu a um desejo do Governo angolano".

Esta foi a primeira vez que o Governo de Angola assumiu a dimensão gigantesca conferida a um corpo de polícia que Savimbi elegeu, durante a campanha eleitoral, como o principal alvo. Para Savimbi, os "ninjas" — fórmula popularizada pela UNITA para identificar a polícia anti-motim — eram "o exército de reserva do Governo", leitura que ganha agora consistência. O líder da oposição armada insistia em que a criação da polícia anti-motim era contrária aos acordos de paz.

"Portugueses foram mortos"...

Durante a conferência de imprensa na Embaixada de Angola em Lisboa o ministro angolano afirmou que os dois portugueses desaparecidos no passado dia 19 de Dezembro "foram mortos no Cassongue". Esta informação era, entretanto, confirmada em Luanda pelo ministro angolano das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, que voltou a aliar responsabilidades pela sorte dos dois portugueses: "Eles foram mortos por gente da UNITA que inclusive se apoderou dos seus bens pessoais".

Esta informação é, no entanto, desmentida pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), em Bruxelas. Segundo a TSF, O CICV comunicou ontem à Cruz Vermelha portuguesa que os

dois portugueses estão vivos, na posse da UNITA.

Fernando Palma e João Batista, ambos de 45 anos, foram alegadamente capturados pela UNITA no Waku Kungo (antigo colonato da Cela), e transportados para a cidade do Cassongue, a sul, na província do Kuanza Sul, acabando segundo os governantes angolanos por ser executados.

O comandante-geral da Polícia, responsável pelos dirigentes e militares da UNITA detidos em Luanda e, agora, noutras cidades do país, desmentiu, entretanto, que se encontrem nas cadeias da capital angolana 700 membros do partido de Jonas Savimbi: "São cerca de 30 oficiais gerais e superiores e alguns outros militares", disse, acrescentando que "a sua libertação está condicionada a uma série de circunstâncias", sem as precisar.

... "Morgado está vivo"

Instado pelo PÚBLICO a falar sobre a situação de Carlos Morgado, dirigente da UNITA indigitado para vice-ministro da Reinserção Social do novo Governo que rumores crescentes referem ter morrido nas mãos da polícia, o general angolano afirmou que "está vivo e de boa saúde". André Pitra recusou-se, no entanto, a revelar o seu paradeiro: "São medidas cautelares que nós temos de ter dadas algumas atitudes ético-culturais que ele tem tomado", concluiu.

Sobre a situação de guerra em que o seu país se encontra desde o fim-de-semana, "Petroff" responsabilizou "só um homem", Jonas Savimbi, e sustentou que "apenas a polícia tem defendido as populações da ameaça da UNITA, ao lado dos populares". "Petroff" mencionou, porém, a presença de apenas 220 efectivos da polícia no Bié, uma cidade do coração do país onde cerca de 70 por cento dos eleitores preferem Savimbi que acabou por cair nas mãos do Governo (ver texto nestas páginas).

De Lisboa, "Petroff" parte para Madrid, ainda em visita oficial, com o objectivo "de reforçar a cooperação com Espanha" na formação da polícia anti-motim. A instrução desta guarda especial esteve desde o início a cargo dos espanhóis, assim como o fornecimento do respectivo armamento: "Neste momento é apenas a polícia que está a armar-se e não é segredo que as armas venham de Espanha", disse "Petroff". ■

António Matos

Ajuda de emergência seguiu para Angola

QUINTA-FEIRA, 7 JANEIRO 1992

PÚBLICO

O CARGUEIRO Marianna Schulte, de pavilhão cipriota, deixou ontem o porto de Leixões, em Matosinhos, levando a bordo um contentor com 8,5 toneladas de alimentos, roupas e medicamentos destinados às populações do Uíge e do Negage, localidades situadas no Norte de Angola. Esta ajuda de emergência, coordenada pela Liga Permanente Internacional de Combate à Fome (LPICF), com sede no Porto, resultou directamente de um apelo lançado pelo governador do Uíge, uma região controlada pelas tropas governamentais que tem vindo a receber populações deslocadas das zonas afectadas pela guerra.

A situação é especialmente dramática no que respeita à assistência médica. O Hospital do Uíge não está a funcionar por falta de medicamentos e o do Negage trabalha em condições tão precárias que em cada cinco crianças que ali nascem apenas uma, em média, consegue sobreviver. O reconhecimento destas dificuldades levou mesmo os responsáveis da LPICF a recorrer a um "stock" de medicamentos inicialmente destinado à Somália, cuja data de envio para

este país tem sofrido sucessivos atrasos por dificuldades em fretar um navio que aceite deslocar-se até Mogadíscio.

Das três frentes de trabalho em que a Liga Permanente Internacional de Combate à Fome se encontra actualmente envolvida (Somália, Angola e Moçambique), apenas na da Somália se têm verificado perturbações. Manuel Chandikua, presidente da LPICF, confirmou que os caixotes destinados a este país se encontram há meses armazenados em Espinho, aguardando que algum armador português se disponha a viajar até ao porto de Mogadíscio sem um seguro especial. A situação, no entanto, parece estar agora desbloqueada, prevendo-se que as 100 toneladas da ajuda alimentar e medicamentosa à Somália possam ser contentorizadas e embarcadas, no porto de Aveiro, entre os próximos dias 15 e 20.

Garantido está também o envio, no próximo dia 11, de um contentor com bens alimentares e medicamentos destinado a Moçambique. Esta ajuda resultou de doações recolhidas no mês de Dezembro, durante a campanha a favor de Angola. ■ F.M.

QUINTA-FEIRA, 7 JANEIRO 1992

Fábrica de portugueses destruída em Benguela

PÚBLICO

OS VIOLENTOS confrontos entre a UNITA e o MPLA registados ontem em Benguela, durante todo o dia, destruíram uma fábrica metalomecânica, a Reforço e Rito, destinada à produção de fibra de vidro e serralharia, e pertencente a industriais portugueses. A notícia chegou através de Luanda a um dos sócios, Luís Fernandes, residente em Barcelos, que possui outras empresas na região (incluindo uma fábrica de calçado) e que ontem se preparava para viajar até Angola, do que foi impedido pela situação de guerra.

Dos 10 mil metros quadrados de área fabril, segundo a notícia que o empresário recebeu de Luanda, "não ficou nada". Fogo cruzado e um violento bombardeamento sobre o edifício estiveram na origem da destruição. A empresa tinha ao seu serviço 350 trabalhadores, mas ultimamente só laborava a 10 por cento, segundo Luís Fernandes. O empresário barcelense, curiosamente, continua optimista quanto ao investimento em Angola e disse ao PÚBLICO que quando a guerra acabar "tudo será diferente". ■

Francisco Fonseca

SÁBADO, 9 JANEIRO 1992

GENERAL DA UNITA RENDEU-SE — O general Geraldo Nunda, comandante da Região Centro-Sul do exército da UNITA e membro da comissão política deste partido, rendeu-se ao Governo de Angola durante os confrontos dos últimos dias no litoral sul do país, noticiou a SIC. A UNITA reagiu a esta informação através do seu porta-voz, Jorge Valentim, que acusou o Governo de Luanda de ter aliciado o general Nunda. PÚBLICO

MPLA prepara-se para ilegalizar UNITA

O GOVERNO português recusa-se a revelar qual a atitude que tomará se o Governo de Angola pedir o encerramento dos escritórios da UNITA no país. Lisboa só tomará uma posição quando e se as autoridades de Angola formalizarem um pedido nesse sentido — disse ao PÚBLICO um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ontem, em Luanda, o chefe da diplomacia angolana, Venâncio de Moura, informou os embaixadores estrangeiros de que, dentro de dias, o seu governo vai pedir o fecho dos escritórios da UNITA nos países com que mantém relações diplomáticas.

“Trata-se de um apoio ilegal que estão a prestar a uma organização armada que luta contra a soberania de um país”, argumentou o ministro, reafirmando aos diplomatas o que o chefe do Exército, João de Matos, dissera ontem aos jornalistas: o diálogo só será estabelecido quando a UNITA parar com as suas actividades militares.

Venâncio de Moura acusa países estrangeiros, cujos nomes não indicou, de continuarem a proporcionar “facilidades consulares e a conceder passaportes a elementos da UNITA”. Disse que “essa não é uma boa forma de ajudar o processo de paz” e pediu aos observadores que desembem “um papel mais activo” e condenem energicamente “a postura belicista e militarista do líder da UNITA”.

“O povo angolano, perante o comportamento evidenciado pela UNITA, deve preparar-se para encarar a possibilidade de esse partido ser ilegalizado”, disse o ministro das Relações Exteriores de Angola, para quem “tudo depende do comportamento fu-

PÚBLICO | SÁBADO, 9 JANEIRO 1983

SÁBADO, 9 JANEIRO 1983

PÚBLICO

PORTUGUESES VIVOS — A UNITA disse ontem que os dois portugueses desaparecidos no passado dia 19 de Dezembro na província do Kuanza Sul estão na sua posse e que só os entregará directamente ao Governo português — segundo a TSF. Sem referir o local onde se encontram actualmente Fernando Palma e João Batista, ambos de 45 anos. O movimento de Jonas Savimbi desmente assim as afirmações dos ministros angolanos do Interior e das Relações Exteriores segundo as quais os dois cidadãos portugueses teriam sido executados pela UNITA na cidade do Cassongue (ver pág. 13).

turo” dos homens de Jonas Savimbi. Moura rejeita o envio de “capacetes azuis” para Angola — dizendo que “nada ajudaria” — e defende que a UNAVEM II, cujo mandato termina no final deste mês, se deve dedicar a concluir a formação do Exército único (FAA), a proceder ao acantonamento dos soldados da UNITA e à fiscalização da segunda volta das eleições presidenciais.

UNITA expulsa do Cuito

Forças governamentais retomaram, ao fim da manhã de ontem, o controlo da cidade do Cuito, capital do Bié, naquela que terá sido a mais violenta e também a mais difícil da série de vitórias militares que o MPLA vem avertendo sobre a UNITA desde domingo passado.

Centenas de cadáveres nas ruas e o desespero de médicos e

enfermeiros — que, sem medicamentos nem plasma, se limitavam a verificar a morte das vítimas — constituem dois sinais de que a agência France Presse se socorre para descrever a violência de dois dias de combates, numa cidade sem energia eléctrica, sem água e com as ligações telefónicas cortadas.

O Exército viu-se compelido a acorrer em auxílio da polícia para rechazar a UNITA, que dispõe na região de cerca de sete mil homens, “vindos do Sul” — disse ontem, em Lisboa, o ministro angolano do Interior Pitra “Petroff” (ver texto na página a seguir). As forças armadas intervieram também na capital da diamantífera província da Lunda Sul, Saurimo (antiga Henrique de Carvalho), de onde a UNITA terá sido expulsa ao fim de três horas de “intenso tiroteio”. A polícia calcula em várias dezenas o número de vítimas mortais.

Há informações (veiculadas por fontes na dependência do Governo, como tem sido a regra desde o início da crise) de que mercenários — “um batalhão de homens brancos”, precisa a Angop — reforçam contingentes da UNITA nas proximidades de Luena, a capital do Moxico (Leste), onde se prevê a eclosão de confrontos nas próximas horas.

A organização de Savimbi — diz o ministro angolano do Interior — dispõe, no terreno, neste momento, de quase três dezenas de milhares de homens armados: sete mil na frente norte (que abarca as províncias de Malanje, Kuanza Norte, Uíge e Bengo); outros tantos na frente leste (as duas Lundas e Moxico); e 14 mil nas províncias da frente centro — Kuanza Sul, Bié e Huambo, em cuja capital a UNITA parece manter a sua direcção política e militar. ■ A.G.

sinais de crise

• MÉDICOS RETIRAM

A secção belga da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) está a pedir aos seus voluntários que se retirem das diferentes províncias angolanas, devido à intensificação dos combates. Aquela organização disse ter provas de que pelo menos 350 pessoas morreram no Lubango (ex-Sá da Bandeira), contrariando a contabilidade oficial, que cifra em 41 o número de vítimas. A MSF diz também que o Governo utilizou, no Cuito, tanques e caças Mig. Os responsáveis militares de Luanda garantem que não acionaram a Força Aérea.

• UNITA II

Depois de Nunda, Pilartes. Dois oficiais gerais em dois

dias, rendidos às forças governamentais. Estão ambos em Luanda, sob “custódia” do Governo. Geraldo Nunda era o Comandante da frente centro-sul do exército da UNITA e rendeu-se em Benguela. O brigadeiro Padrinho Pilartes foi feito prisioneiro no Lubango e ontem declarou que pretende “regressar à vida civil por não concordar com a continuação da guerra”. A sua dissidência dá alguma consistência à tese de que o Governo procura isolar a direcção militarista da UNITA, criando terreno para uma nova UNITA — construída, talvez, a partir dos dirigentes “sob custódia” em Luanda.

• PERNOITA FORA

A direcção da UNITA está des-

de os últimos dias a “pernoitar em Caichungo”, a 50 quilómetros do Huambo — disse ontem à Lusa fonte não oficial na capital da província. Savimbi e os seus generais continuam a trabalhar na cidade, mas, de noite, retiram-se para aquela localidade, situada na direcção da vizinha província do Bié. No Huambo, a administração estatal administra apenas a capital e a cidade da Caala; os restantes nove municípios da província permanecem ocupados pela UNITA, declarou à Lusa um responsável policial. Segundo o ministro “Petroff”, a UNITA controla 110 dos 166 municípios de Angola.

• SUPERNINJA

Em Lisboa, desde o início da

semana, André Santana Pitra “Petroff” mais parecia uma “superstar” cinematográfica, tantos os pedidos de entrevista, tantos os jornalistas que ontem acorreram à sua conferência de imprensa (ver pág. 13). O caso não era para menos: “Petroff” ganhou os “galões” de ministro pelo seu papel na constituição da polícia antimotim — o célebrimo corpo de intervenção a quem Jonas Savimbi prometeu “partir o focinho” e que, agora, tem vindo a desbaratar, um a um, os batalhões da UNITA. Treinados em Espanha, muito do equipamento dos ninjas é comprado em Portugal, com que têm um acordo para, em caso de emergência, apoiarem a evacuação da comunidade portuguesa em Angola.

O ponto de não-retorno

PÚBLICO

DOMINGO, 10 JANEURO 1992

As forças governamentais tomaram importantes posições na cidade do Huambo, Planalto Central. Ao que o PÚBLICO apureu, os principais dirigentes da UNITA e as suas famílias refugiaram-se longe da cidade na sexta-feira, prevendo os violentos confrontos que ali ocorrem desde ontem à tarde. As Forças Armadas Angolanas (FAA) dizem "controlar a cidade", nomeadamente depois da tomada do palácio governamental, e voltaram a alargar "legítima defesa" para justificar a sua intervenção nos combates do Huambo. Esta foi a sétima cidade alvo de uma ofensiva governamental iniciada no passado fim-de-semana no Lubango.

Para os observadores do processo de paz em Luanda, com o ataque ao Huambo, a cidade onde a UNITA tinha montado o seu quartel-general depois de 3 de Outubro (altura em que Savimbi denunciou uma alegada "fraude generalizada" nas eleições de 29 e 30 de Setembro), as forças governamentais tornaram irreversível a situação de guerra no país.

É ainda opinião generalizada entre os diplomatas acreditados em Luanda que a aparente facilidade com que o Governo tem derrotado a UNITA nas cidades não se traduz, necessariamente, no fim da oposição armada. Algum apoio internacional que

a UNITA mantém poderá prolongar indefinidamente o conflito.

O fim de Bicesse?

O embaixador António Monteiro, chefe da missão portuguesa junto da CCPM (estrutura encarregue da aplicação dos acordos de paz) mostrava-se ontem "pouco optimista" quanto a um "volt-face" da situação de guerra instalada no país: "Nós, os observadores (Portugal, Rússia e EUA), vamos tentar encontrar uma solução política para regressarmos à aplicação dos Acordos de paz".

Uma saída política para a crise militar angolana adivinha-se complicada. E, se não for encontrada, os países observadores na CCPM admitem ter-se esgotado o seu papel e ter chegado ao fim a esperança de paz para Angola no quadro dos Acordos assinados em Bicesse, em 31 de Maio de 1991.

Esta atitude tem eco no Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas, que ontem admitiu que o processo de paz em Angola pode estar irremediavelmente comprometido. Nos últimos dias, a representante especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, a britânica Margaret Anstee, tentou promover um encontro "entre altas paten-

tes militares da UNITA e do Governo", para tornar possível a aplicação do cessar-fogo. Todavia, surgiram as habituais divergências quanto ao local do encontro.

Huambo, por parte da UNITA, e Namibe (ex-Moçamedes), pelo lado do Governo, foram propostas recusadas, por razões de segurança. O encontro não se realizou e Anstee fez chegar a Butro-Ghali um relatório considerado pessimista pelos observadores, que esteve na origem da posição agora tomada pelo CS. As Nações Unidas lançaram agora um apelo a ambas as partes para que aceitem como palco "de um encontro urgente" o local a sugerir por Margaret Anstee.

Diálogo ou alheamento

Pela primeira vez, as Nações Unidas reconhecem que Angola está em guerra e ameaçam alhear-se do processo de paz se as suas recomendações não forem ouvidas. "A situação tende a descontrolar-se e nós só podemos fazer alguma coisa se for restabelecido o diálogo", advertia em Luanda, quinta-feira, Margaret Anstee.

No terreno, porém, o conflito generaliza-se. Em Luanda, António Monteiro considera "uma hipocrisia" que não se reconheça o estado de guer-

ra: "Diz-se que são conflitos localizados, mas são conflitos localizados no Cuito, no Dundo, em Saurimo, no Huambo, em Benguela, no Lubango... E basta ver as primeiras páginas dos jornais, mesmo de cá, para se perceber que o país está em guerra".

Os jornais e a rádio são a única percepção que os habitantes de Luanda têm da guerra no país. A capital angolana voltou a fechar-se em si mesma, transformada num oásis onde o Governo se mostra preocupado pela tranquilidade dos políticos, empresários, escassos visitantes e investidores estrangeiros. De tal modo que, como se disse antes, as notícias dos confrontos no Huambo chegaram a Lisboa antes de serem conhecidas em Luanda pelos próprios observadores.

Savimbi em parte incerta

Naturalmente, o líder da UNITA refugiou-se em parte incerta antes de os confrontos chegarem ao Huambo. De acordo com um despacho da agência Lusa, na noite de ontem as forças governamentais controlavam a área em que Jonas Savimbi instalara a sua residência.

Antes disso, na sexta-feira, já os principais dirigentes da UNITA e respectivas famílias tinham abandonado a

cidade. Num contacto telefónico para o Huambo, o PÚBLICO apurou que as primeiras mulheres e crianças partiram na madrugada de sexta-feira para uma localidade a sul: "Não posso dizer onde, mas é a 200 quilómetros daqui", disse a mulher de um dirigente da UNITA que se encontra "sob custódia" das autoridades angolanas, em Luanda.

No terreno, a situação é ainda desconhecida. Os únicos jornalistas que se encontram no Huambo trabalham para a imprensa oficial e fazem relatos de uma ofensiva vitoriosa das forças governamentais. Das vítimas, numa província em que a UNITA alcançou cerca de 70 por cento dos votos nas eleições de 29 e 30 de Setembro, ninguém fala.

O Estado Maior-General das FAA assegurava ontem à noite que a segunda maior cidade de Angola estava já sob seu controlo. Um rescaldo militar feito através da rádio oficial, que disse não haver condições para fazer o balanço das vítimas dos confrontos. A imagem das ruas do Huambo não será, porém, diferente do que se reproduziu em Luanda, Lubango, Benguela, Lobito, Cuito, Dundo, Saurimo, pelo menos, cujos sobreviventes não esqueceram ainda o cheiro dos mortos em decomposição. ■

SITUAÇÃO GERAVA-SE EM ANGOLA — A UNITA prendeu ontem à noite no Uíje os elementos do Governo e das Forças Armadas angolanas que integravam uma comissão de verificação das condições para a repur a administração do estado na região, revelou um representante governamental. "Os elementos que entrámos para o Uíje, chefiados pelo coronel Domingos Ferreira, bem como o destacamento militar das FAA, foram detidos pela UNITA", disse o general Higinio Carneiro, representante do Governo na CCPM. Este afirmou que "a prática estrutura militar da UNITA tratou de o comunicar aos representantes da UNAVEM no local", que depois lhe fizeram chegar essa informação. "A UNITA quer aparentemente fazer crer que essas detenções estão relacionadas com os acontecimentos verificados no Lubango", acrescentou. Para Higinio Carneiro, os casos "não deveriam ter qualquer relação, e só prova que a UNITA nunca chegou a abandonar o Uíje e Negage". "Com esta posição da UNITA, voltamos a uma situação mais complicada, e naturalmente que não temos fear de braços cruzados. Se a solução for a guerra, vamos para ela", acrescentou.

“Os Estados Unidos não aceitam ser cúmplices da UNITA?”

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 11 JANEIRO 1993

António Matos

A guerra em Angola alastrou-se para o Leste do território, onde o Governo diz haver mercenários sul-africanos nas fileiras da UNITA. No Huambo, a Igreja Católica fala de “genocídio étnico”. Fustigada nas suas posições pela ofensiva governamental, a UNITA é agora acusada pelos observadores do processo de paz de ter provocado a guerra.

O Governo português apelou ontem às duas partes do conflito armado angolano que cessem as hostilidades e retomem o diálogo. Em comunicado, o Ministério português dos Negócios Estrangeiros admite que “o conflito militar dá sinais de se generalizar e comprometer definitivamente os Acordos de Paz”. O MNE responsabiliza a UNITA pela “presente situação”, originada pela “não aceitação dos resultados eleitorais”.

Posição semelhante foi adoptada pelos Estados Unidos e pela Rússia, os outros dois países observadores do processo de paz. Em Luanda, a representação diplomática norte-americana criticou a “forma inaceitável” como a UNITA respondeu ao resultado das eleições, dirigindo também críticas a “algumas acções da polícia”, através da qual “o Governo deve defender o país e o povo”.

“Nós já condenamos as acções das tropas da UNITA”, disse Joseph Schreider, porta-voz da representação norte-americana em Luanda, concluindo: “Os Estados Unidos não aceitam ser cúmplices das acções da UNITA, pois são a favor da instauração da democracia em Angola.”

Pelo mesmo diapasão afinaram os russos o tom das críticas ao partido de Jonas Savimbi: “A UNITA demonstrou claramente que não está pronta a participar num processo político normal”, diz o Ministério russo dos Negócios Estrangeiros.

Este coro de condenações seguiu-se à ofensiva governamental no coração da UNITA, o Huambo. As informações sobre a situação na cidade e na província são contraditórias. Um despacho da agência Lusa diz que os confrontos terminaram no Huambo, que está já sob controlo do Governo, citando o general José Maria, das Forças Governamentais.

A agência Reuter, por outro lado, diz que os combates prosseguem, citando o comandante provincial da polícia, superintendente Sukissa: “Só paramos a ofensiva se a UNITA parar e desarmar as suas tropas”.

A avaliar pelo conteúdo de uma exortação pastoral da arquidiocese do Huambo, os combates na província provocaram centenas de mortos. Para a Igreja Católica, “o conflito angolano, nos últimos meses, ganhou uma conotação tribal, capaz de levar a um genocídio étnico”.

A arquidiocese do Huambo denuncia o “aparecimento de cadáveres em diversos pontos da província, o desaparecimento de pessoas, a distribuição de armamento a civis”. O Papa visitou o Huambo no passado dia 5 de Junho, onde falou sobre os direitos humanos. Recorde-se que foi nas províncias do Planalto Central, Huambo e Bié, de etnia ovimbundu, que a UNITA teve os melhores resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro, com cerca de 70 por cento.

Os combates alargaram-se à cidade do Luena (capital da província do Moxico, Leste do país), na madrugada de domingo, e reacenderam-se em Saurimo (capital da Lunda Sul, Nordeste). Na primeira cidade, um balanço oficial ontem divulgado em Luanda estimava em 50 mortos e 55 feridos as vítimas civis dos confrontos.

Segundo a agência oficial angolana Angop, no Luena foram vistos pela população militares brancos a lutar ao lado dos elementos da UNITA, que os militares governamentais consideram tratar-se de mercenários sul-africanos.

A UNITA terá, entretanto, tentado destruir a ponte sobre o rio Lucala, na província do Kuanza Norte. Ainda segundo fontes próximas do Governo, as tropas de Savimbi estariam a utilizar artilharia pesada, tendo-se registado “um elevado número de mortos”.

Admitia-se que as forças da UNITA alegadamente envolvidas nesta acção fossem provenientes das cidades do Uíge e N'Dalatando, capitais das províncias do Uíge e Kuanza Norte, respectivamente, sob controlo da oposição armada.

Em Luanda, a vida parece correr normalmente. Ontem, foi dia de futebol. Da fase de apuramento do Campeonato do Mundo de 1994, a disputar nos Estados Unidos. Um jogo duas vezes adiado pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), ainda o país não estava em guerra. Ironicamente, a FIFA acabaria por ameaçar o Zimbábwe, ad-

versário de Angola, de eliminação por desistência se este país se recusasse a disputar o jogo... agora que a situação é de guerra.

O treinador alemão da selecção zimbabweana, Reinhard Fabrisch, chegou a perguntar à FIFA: “Será que veremos a Inglaterra a jogar na Bósnia?” Comentário de outro alemão que acompanha a equipa, Helmut Riedl, homem de negócios e presidente de um pequeno clube alemão: “Não há como o futebol para produzir este milagre: jogar numa zona em guerra. Eu adoro”.

O jogo realizou-se mesmo, e chegou ao fim com um golo para cada equipa. A comitiva do Zimbábwe saíra do Estádio da Cidadela em direcção ao aeroporto, escoltada por soldados da ONU, como acontecera à sua chegada, pouco antes do almoço. ■

■ CONFUSÃO

A hipótese do envio de “capacetes azuis” para Angola, como tem sido pedido por Savimbi, recebeu do chefe do Governo a seguinte resposta: “Não é para vir para aqui fazer mais confusão. Acho que nós temos um Governo eleito, não temos instituições a funcionar, não podemos admitir interferências de outro tipo. Teriam de ser muito bem definidas as funções deste reforço da ONU.”

■ CESSAR-FOGO II

Igualmente enigmática foi a resposta dada à proposta da UNITA para um cessar-fogo imediato e uma reunião urgente. “Nós estamos sempre abertos ao diálogo. E estes encontros, desde que correspondam aos factos, são bem-vindos. Só que realmente a experiência diz que a UNITA faz este ‘show’ de conversações, mais conversações, e no terreno faz absolutamente outra coisa.”

sinais da crise

■ EMBARAÇO

Oficialmente, é a polícia quem sustenta em Angola o actual esforço de guerra do Governo. Um protagonismo a conferir um especial significado político à inesperada visita esta semana a Lisboa do ministro angolano do Interior e Comandante Geral da Polícia, André Pitra “Petroff”. O ministro angolano dispôs-se a falar, esta manhã, com os jornalistas. Contraste absoluto com o seu anfitrião e homólogo português, Dias Loureiro, cujo gabinete alega a “delicadeza” dos assuntos tratados como justificação para a sua recusa em responder à imprensa. Que apenas gostaria de saber se este é o melhor momento para um país observador do processo de paz estudar com “Petroff” acções de formação policial.

■ EMERGÊNCIA

“Tudo dependerá do comportamento da UNITA daqui para a frente”, respondeu o primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, quando a jornalista Paula Santos, da TSF, quis saber, ontem de manhã, se Luanda decretava ou não o estado de emergência no país. “A UNITA está a comportar-se ainda como rebelde. Devia ocupar os seus assentos na Assembleia, comportar-se como um partido político. Continua a ter pretensões de assumir o poder pela força.”

■ CESSAR-FOGO II

Poucas horas depois, no intervalo da primeira reunião do Conselho de Ministros do seu Governo, Marcolino Moco foi mais claro e directo: “A UNITA tem a mania de propor encontros quando está a perder no terreno. Não faz sentido desencadear sistematicamente as operações e depois propor acordos de paz. Estamos fartos dessa situação.” Segundo o responsável angolano, a UNITA “não tem nada que apresentar propostas, mas sim limitar-se a cumprir os acordos de Bicesse”.

SEXTA-FEIRA, 8 JANEIRO 1993

PORTUGUESES EM ANGOLA — Portugal deve divulgar a lista completa dos cidadãos luso-angolanos detidos nas cadeias de Luanda e de outras cidades, diz o jornalista Joffre Justino, num apelo enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Durão Barroso. “Parte desses cidadãos estão presos sem culpa formada, ou impedidos de sair de Angola”, acusa o antigo chefe de redacção do semanário da UNITA “Terra Angolana”. Indica, entre outros, os nomes de Carlos Morgado, médico pessoal de Jonas Savimbi e indigitado ministro da Reinserção Social, da dirigente da UNITA Fátima Roque, professora de Economia na Universidade Nova de Lisboa, de José Abalheira, Rui Oliveira, José Machado e Norberto de Castro, o deputado eleito pela UNITA que há semanas veio a público, em Luanda, para dirigir críticas ao líder do seu partido. Entretanto, as autoridades angolanas declinaram “qualquer responsabilidade” pela sorte dos dois portugueses desaparecidos na província do Kuanza Sul no passado dia 19 de Dezembro. Fernando Palma e João Batista terão sido feitos prisioneiros pela UNITA na cidade do Waku-Kungo (antigo colonato da Cela), onde se tinham deslocado para negociar a compra de uma fazenda.

PÚBLICO

Cabo Verde privatiza

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 7 JANEIRO 1988

O fim das empresas públicas

A GRANDE maioria das empresas públicas de Cabo Verde vai ser privatizada nos próximos quatro anos, ao mesmo tempo que serão aceleradas as reformas económicas, anunciou o primeiro-ministro daquele país, Carlos Veiga. Numa entrevista à France Press, Carlos Veiga adiantou ainda que a "iniciativa privada tem um papel cada vez mais deter-

minante no processo de desenvolvimento" do arquipélago. No âmbito deste processo, o número de funcionários públicos, estimado em 12 mil, deverá ser reduzido "aos poucos" para metade, já não havendo este ano novas admissões na função pública. Dentro em breve, o Governo cabo-verdiano divulgará as medidas de "incentivo" para a saída da

função pública. Carlos Veiga salientou ainda que as reformas económicas, agora em preparação, não foram ditas no quadro de um programa de reajustamento estrutural exigido pelo Fundo Monetário Internacional ou pelo Banco Mundial. "Fomos nós próprios que fixámos o nosso programa de desenvolvimento", frisou aquele responsável. ■

Cabo Verde

Onésimo Silveira à procura de "espaço democrático"

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de São Vicente, Onésimo Silveira, confirmou ao PÚBLICO a sua intenção de criar uma associação política denominada Espaço Democrático (ED), com sede provável nessa ilha. A associação terá carácter nacional e deverá surgir "nos próximos dois meses", tendo como objectivo a promoção da democracia, que, no seu entender, "está sem espaço em Cabo Verde".

"O Espaço Democrático será aberto a toda a gente que respeite as ideias dos outros e os seus objectivos são extremamente claros, pois nada temos a esconder", acrescentou, apontando entre outras tarefas dessa entidade a realização de palestras e debates, de modo a promover o diálogo e a tolerância democrática.

Em termos de apoios, Onési-

mo Silveira revelou que os primeiros passos serão dados com a contribuição voluntária dos cidadãos que aderirem ao projecto, mas que conta, à partida, com a ajuda de cabo-verdianos no exterior, tendo, a propósito, desmentido que o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz, faça parte da ED, conforme aventado pelo "Expresso".

Questionado se essa associação é embrião de um futuro partido político, Onésimo Silveira respondeu: "Não estamos a pensar nisso, neste momento. Vamos deixar as coisas correr. Mas, se a intolerância se acentuar, não teremos outra alternativa senão saltar para a arena."

Eleito há um ano para a Câmara Municipal de São Vicente (a segunda mais importante depois da da Cidade da Praia), Onésimo

Silveira tem sido um antagonista do Governo central, cujo candidato derrotou depois de uma campanha virulenta. Num debate público, há três meses, acusou o MPD, do primeiro-ministro Carlos Veiga, nessa ilha, de ter "muito de fascista e pouco, ou quase nada, de democrático".

Há poucos dias, declarou que o Governo estava a pretender sufocá-lo através da contenção de recursos para São Vicente, ilha que vem enfrentando graves carencias sociais, como desemprego e prostituição, para além de sérios problemas de fornecimento de água e energia eléctrica.

Natural de São Vicente, poeta e escritor, Onésimo Silveira, 58 anos, é de há muito uma figura conhecida em Cabo Verde, bastante popular na sua ilha natal. Antes de se exilar na Suécia,

incluiu uma estada de três anos na China, Silveira tem recorrido ao exterior como forma de romper o "cordão sanitário" que o MPD tem procurado manter à sua volta. Recentemente assinou um acordo de geminação com o Porto e o presidente da Câmara Fernando Gomes deslocou-se a Mindelo para o efeito.

Pintado como um homem ambicioso pelos seus adversários, Onésimo Silveira tem surpreendido os seus compatriotas pelas posições controversas que tem tomado ao longo da vida. Em 1963, publicou "Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana", um ensaio, editado pela antiga Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, que dividiu durante décadas a intelectualidade do seu país.

Após a abertura, publica "A Tortura em Nome do Partido

Único", em que reúne depoimentos de um grupo de cidadãos torturados na sequência da implantação da reforma agrária em Santo Antão, em 1981. Mais recentemente saiu o romance "A Saga das As-Secas e das Graças de Nossenhor", o primeiro de uma trilogia.

No ano passado, Onésimo Silveira voltou a agitar as águas de Cabo Verde ao declarar que milhares de pessoas poderiam morrer de fome em São Vicente, caso o Governo não tomasse as medidas que se impunham. Depois de ter procurado contestar essa afirmação, o poder central acabou por prometer que ia pôr em prática um "plano de emergência", o que até hoje, segundo o seu adversário, não aconteceu. ■

João Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Como quadro das Nações Unidas, foi alto comissário para os refugiados na Somália, em Angola e em Moçambique. Graças aos seus contactos no exílio, que

São Tomé e Príncipe

Acentua-se a crise no partido do Governo

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 11 JANEIRO 1993

AO ANUNCIAR, na sexta-feira, a decisão de abandonar a liderança da bancada parlamentar do Partido de Convergência Democrática/Grupo de Reflexão (PCD), Filinto Costa Alegre abre mais uma crise no partido governamental de São Tomé, antes de ele ter podido digerir a derrota sofrida nas eleições autárquicas de 6 de Dezembro.

Em carta endereçada aos seus colegas de bancada e em que justifica a decisão, Filinto Costa Alegre discorda da permanência do PCD na esfera gover-

nativa, alegando que, no actual contexto, isso compromete a base popular do partido. O líder parlamentar do PCD acrescenta que é urgente uma profunda reflexão, que não lhe parece compatível com o que define como "gestão da superficialidade do quotidiano". Segundo Costa Alegre, está-se a pôr em causa a possibilidade de intervenção efectiva do PCD na sociedade são-tomense.

As justificações adiantadas por Filinto Costa Alegre, irmão do primeiro-ministro, Norberto

Costa Alegre, são também críticas em relação ao papel da oposição, "movida por intuítos que por vezes nada têm a ver com o interesse nacional", e atribuem ao presidente Miguel Trovoada a determinação de criar obstáculos sistemáticos ao PCD e ao seu Governo.

As críticas mais vigorosas são, contudo, endereçadas ao próprio partido no poder, o qual, alega, tendo perdido o controlo da situação, insiste em governar, completamente isolado.

Este desenvolvimento tem

lugar cerca de uma semana depois de o Presidente da República ter sugerido um reposicionamento seu face ao partido governamental. Na sua mensagem de Ano Novo, e em flagrante contraste com os discursos anteriores, Trovoada nem beliscou o executivo chefiado por Norberto Costa Alegre. Foi consensual e apaziguador, tendo chegado a justificar e até a defender o Governo.

Perante isto, alguns observadores previram que estava iminente um realinhamento de

forças, que passaria por uma reaproximação entre o Chefe de Estado e o PCD. A intenção seria fazer face à mudança na correlação de forças, resultante das autárquicas e que favoreceu — muito mais do que seria desejável do ponto de vista do Presidente — o principal partido da oposição, o MLSTP/PSD.

A cerca de três meses do Congresso do PCD, que irá redefinir a estratégia do partido, ignora-se ainda quais poderão vir a ser as implicações a curto prazo desta demissão. Jurista de

formação, 39 anos e membro fundador do Grupo de Reflexão que veio a dar origem ao PCD, Costa Alegre é uma personalidade carismática e muito respeitada no seio do seu partido, embora, pelo seu estilo e trajectória, não seja uma figura consensual.

O mal-estar do líder parlamentar do PCD terá começado em Março de 1992, quando o seu partido decidiu formar novo governo, após a demissão de Daniel Daio pelo presidente Trovoada. Já nessa altura votara isolado na Comissão Política, sustentando que, ou o partido passava à oposição para relançar as suas bases, ou continuaria a sofrer o desgaste da governação e seria derrubado. ■

Conceição Lima,
em São Tomé

PÚBLICO

SÁBADO, 9 JANEIRO 1993

DEMISSÃO EM SÃO TOMÉ — Filinto Costa Alegre, líder parlamentar do PCD/GR, o partido no poder em S. Tomé e Príncipe, e irmão do primeiro-ministro Norberto Costa Alegre, abandonou as suas funções por discordar da posição adoptada pelas instâncias dirigentes do partido na sequência da contundente derrota sofrida nas eleições autárquicas de 6 de Dezembro. Em carta dirigida aos seus colegas de bancada Costa Alegre sustenta que face à perda de margem de manobra do partido não se justifica a permanência deste na esfera governativa. É sua convicção que o PCD/GR perdeu o controlo da situação e que se não abandonar o poder será derrubado pelos seus adversários. Jurista de formação, 39 anos, Filinto Costa Alegre foi um adversário persistente do regime do ex-Presidente Pinto da Costa e esteve entre a equipa que, em 1990, fundou o Grupo de Reflexão que veio a dar origem ao PCD.

PÚBLICO

SÁBADO, 9 JANEIRO 1993

LÁ NA GUINÉ — João Rosa Lá, o novo embaixador de Portugal na Guiné Bissau, chega ao seu novo posto no próximo dia 18. Lá, que até agora desempenhava as funções de conselheiro na Embaixada portuguesa em Washington, substitui em Bissau Gonçalo Pedro. O novo embaixador — o sexto representante na Guiné Bissau, que tem em Portugal o seu mais importante parceiro comercial — é um economista de 46 anos de idade. ■

PÚBLICO

SÁBADO, 9 JANEIRO 1993

ONU EM MOÇAMBIQUE NO FIM DO MÊS — As primeiras forças de manutenção da paz das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ) são esperadas em Maputo no fim do mês — reafirmou ontem Aldo Ajello, o representante especial do secretário-geral da ONU. Até agora — disse Ajello —, três países (Itália, Uruguai e Bangladesh) comprometeram-se a fornecer um batalhão de infantaria de 850 homens, cada um, para a UNOMOZ. Os italianos serão os primeiros a chegar e serão colocados ao longo do "corredor da Beira", entre o Zimbábue e o porto; substituirão o Exército zimbabueano, que devia ter retirado em 15 de Novembro mas ainda mantém posições.

Como "mudar uma vida com um presente"

Bárbara Reis

Cento e cinquenta portugueses estão desde há três semanas a ajudar directamente um moçambicano da aldeia Massaca Um, a 38 quilómetros de Maputo. Projecto inédito em Portugal, a campanha de solidariedade lançada no Natal pela nova associação VIDA (Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano) contraria a lógica comum da doação: neste caso, quem doa sabe exactamente o quê e quem está a ajudar.

O sistema é simples e, pelo menos para já, eficaz. Todos os doadores vão receber em casa uma carta e uma fotografia da criança, da mulher ou do idoso de Massaca Um que estão a ajudar. Além disso, sabem também exactamente onde o seu dinheiro vai ser aplicado. Ou seja, o

doador pode escolher entre comprar uma pasta de escola, construir uma casa de adobe ou alimentar um bebé subnutrido (ver quadros à esquerda), e daí o nome da nova campanha da VIDA para 1993: "Mudar uma vida com um presente". As doações podem ser pagas em mensalidades.

"Acreditamos que as pessoas é que podem mudar as coisas", diz Maria da Luz Vasconcelos e Souza, a advogada presidente da VIDA, associação sem fins lucrativos que nasceu, juridicamente, em Julho de 1992.

"Não é só doação, é ajuda"

"Mudar uma vida com um presente" quebra portanto duas "normas" da maioria das acções humanitárias, o que parece ser possível por este ser um projecto de pequena escala (para já só está previsto apoiar as oito mil pessoas da aldeia Massaca Um, no distrito de Boane).

Por um lado, há a ligação doadores/necessitados — normalmente as pessoas dão dinheiro e não querem saber mais do assunto; nós queremos que estabeleçam uma afinidade, reconheçam traços", explica a presidente; por outro, há a aplicação desse dinheiro.

Os programas para Massaca Um não se traduzem no depósito de comida ou pastas para a escola na aldeia, diz a presidente da VIDA. "Não é doação de comida pura e simples porque isso acaba por só resolver o primeiro problema. Se tudo o que ganham e têm é dado, as pessoas ficam com uma sensação de impotência. Pensam: 'Se esta gente se for embora não tenho mais nada.' Mas, se as crianças trouxerem lenha e um tomatinho para fazer a sopa na escola, sabem

que, apesar de não terem sido elas que levaram a carne ou que construíram a cozinha da escola, a sopa também depende delas. É isso que fazemos."

O grupo de 13 voluntários portugueses que esteve um mês na aldeia a dar formação e a construir as infra-estruturas procurou fazer passar esta mesma ideia, diz Maria da Luz: mais do que doar, o grupo está a ajudar. Porque, "se o velho está a trabalhar todo o dia em teares ou na machamba (quinta), tem a noção de que merece uma casa, comida e uma manta. E o mínimo e ele sabe que isso é justo."

Hoje fecha a loja que a VIDA teve aberta no Espaço Chiado desde meados de Dezembro, mas quem quiser colaborar pode-o fazer para o novo escritório da associação (ver contactos).

"Neste momento o que mais precisamos é de voluntários, voluntários a sério — não remunerados. É a melhor prenda que podem dar." Pronta para partir só há uma rapariga, que no princípio de Fevereiro vai para Massaca instalar a cozinha comunitária para os idosos e fazer um levantamento das condições de vida dos mais velhos da aldeia.

A excepção do programa de desinfectão e saúde pública para as mulheres, houve doações para todos os projectos. O da merenda escolar, por exemplo, está garantido até Agosto deste ano. "As pessoas têm de compreender que [este tipo de projectos] são mais baratos do que fazer uma campanha de panfletos. Com pouco dinheiro podem fazer-se coisas em Moçambique." A VIDA, diz a sua presidente, movimentou no ano passado pouco mais de 12 mil contos, mas deu a Massaca Um uma melhoria de vida razoável.

É claro que o problema dos fundos de apoio existe. Além dos

mil e tal contos dos doadores que apareceram na loja do Chiado — quase todos com laços a Moçambique, "quase tudo gente humilde"; dos 800 contos oferecidos pela Secretaria de Estado da Juventude e das contribuições da Casa do Gaiato e de algumas empresas, a VIDA não recebeu mais nada.

A 22 Maio, a Secretaria de Estado da Cooperação prometeu 1800 contos, 700 em dinheiro e o restante em material colocado na aldeia. "Até agora não nos disseram nada e o dinheiro não apareceu."

Massaca:

quase tudo por fazer

A aldeia, Massaca Um — onde 13 voluntários portugueses não remunerados trabalharam durante um mês, em Outubro — fica no distrito de Boane, a 38 quilómetros de Maputo, e foi inicialmente criada pelo Governo moçambicano para acolher os deslocados dos terrenos ocupados pela albufeira da Barragem dos Pequenos Libombos.

O Estado prometia, no imediato, a entrega de meio hectare de terra para cultivo a cada família e, a médio prazo, a instalação de um sistema de irrigação dos 200 hectares distribuídos. Mas, além da entrega dos pedaços de terra — num programa que pretende evitar o aumento do êxodo das zonas rurais para a capital —, nada aconteceu.

A única evolução, diz a VIDA, foi a construção de uma escola por uma organização não governamental (ONG) suíça. Quanto ao sistema de irrigação, parece que, a existir, será uma obra de um grupo de italianos e nunca estará pronto antes de 1998.

Os números, fornecidos pela associação, retratam as condi-

ções de vida da região. A área de Boane tem a mais elevada taxa de mortalidade infantil de menores de cinco anos de Moçambique — 325 a 375 por cada mil nascimentos vivos; a vacinação não é feita nas zonas rurais; há 250 mil crianças órfãs ou abandonadas; apenas 30 por cento das crianças têm acesso à escolaridade; só 13 por cento da população têm acesso a água potável; há 1,6 milhões de deslocados por causa da guerra, e quase três milhões de pessoas em risco de morrer de fome.

Perante este cenário, é fácil entender que a população da aldeia Massaca Um tenha aumentado de 400 famílias, em 1984, para 920 há poucos meses, ou seja, 8097 pessoas. Só metade receberam o tal meio hectare de terra e por isso o rendimento médio mensal de cada família é de 50 mil meticais, o que equivale a pouco mais de dois contos.

Antes da VIDA se instalar em Massaca Um, a aldeia não dispunha de qualquer assistência médica. O hospital mais próximo é o de Maputo, a 38 quilómetros, e a maternidade a de Boane, a sete. "Agora temos um centro de atendimento médico quando os casos são graves, levamos os doentes para Maputo. Quando as pessoas estão doentes ficam em casa. Ou melhoram, e ninguém sabe que problema tiveram, ou morrem. Ninguém tem dinheiro para comprar um bilhete do 'chapa 300' [autocarro]", diz a presidente da VIDA.

Estas distâncias e o facto de 882 unidades de saúde terem sido destruídas por causa da guerra são uma das principais causas do aumento da mortalidade infantil e das mulheres, por fazerem partos não assistidos.

Para os mais de oito mil habitantes de Massaca Um existe um único fontanário, que, segundo os cálculos da VIDA, satisfaz apenas 20 por cento da população. A água não é potável, e por isso há vários mortos todos os meses com diarreia e cólera. ■

Contactos da VIDA

(Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano)
Rua das Pedras Negras, nº 3
r/c Esq. 1200 Lisboa
Telefone — 8883979
Nº conta bancária da VIDA
— BCP 9577490

Toda a sucata de 30 anos de guerra

João Ferraz
em Maputo

Um mirabolante negócio de sucata levou o Governo de Moçambique ao banco dos réus, na África do Sul. E levanta dentro do país graves suspeitas de corrupção.

O negócio envolve milhões de dólares. Muitos. Nada mais nada menos do que exportar toda a sucata militar acumulada em quase 30 anos de guerra em Moçambique. Guerra colonial, primeiro, e guerra entre o Governo e a Renamo, depois, com agressões da Rodésia e da África do Sul de permeio.

Carrões, camiões, blindados, tanques de guerra, barcos e aviões. As quantidades variam de avaliação em avaliação, mas vão de 300 mil toneladas, mínimo, até à possibilidade de mais de um milhão de toneladas.

Toda esta questão está agora no Tribunal Supremo da África do Sul para a área de Witwatersrand, com o Estado moçambicano a sentar-se no banco dos réus, acusado de rompimento ilícito de contrato.

Mas contemos, resumidamente, a história.

Um antigo funcionário do Ministério da Defesa e actual empresário, Eduardo Calane, que nos seus tempos no Ministério se apercebeu do valor comercial da sucata acumulada nos quartéis de todo o país, iniciou contactos para conseguir os direitos de exportação de toda essa sucata, em Novembro de 1990.

As negociações prosseguiram, aparentemente de

ram, aparentemente de vento em popa, até que, a 21 de Fevereiro de 1992, uma acta da comissão de venda de sucata do Ministério da Defesa Nacional, assinada pelo chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, tenente-general António Hama Thai, afirma que, após terem sido avaliadas as propostas enviadas pelas empresas restritamente convidadas para o concurso, o mesmo foi vencido pelo consórcio DEVSA/Rovimpex, em que a DEVSA é uma empresa sul-africana e a Rovimpex a empresa de Eduardo Calane.

Sobre que outras empresas mandaram propostas para o concurso não reza o documento nem ninguém foi, até hoje, capaz de informar. Afirmou-se apenas que se tratou de um concurso restrito, e não público, como seria de norma na venda de bens do Estado, devido à necessidade de os compradores entrarem em quartéis em todo o país, num período de guerra.

Publicada a acta, o Ministério, por ordem de serviço de 6 de Março, manda abater todo o equipamento e material a ser vendido e, a 17 de Março de 1992, é assinado um contrato entre o Ministério da Defesa e o consórcio, para a venda e exportação da sucata.

Este contrato é, em si, estranhíssimo. Só a título de exemplo refira-se que o Ministério da Defesa, parecendo assumir uma posição de superministério, compromete-se, contratualmente, a conseguir todas as "autorizações requeridas por outros ministérios ou instituições governamentais para a execução do contrato e para o processamento e exportação do material em causa".

O contrato assinado tem uma cláusula que o declara irrevogável e define que, se o Ministério da Defesa não cumprir a sua parte, o caso deve ser julgado no Tribunal Supremo da África do Sul de Witwatersrand e de acordo com a lei sul-africana.

Uma outra cláusula, aparentemente de pouca importância, mas que ganhou posteriormente destaque, diz que "o primeiro pagamento será efectuado após a assinatura do contrato".

E, assinado este, tudo começou a funcionar (aparentemente) bem. O consórcio subcontratou uma empresa sul-africana para a execução técnica do trabalho e a sucata começou a ser processada e concentrada no cais de Maputo para exportação.

Mas é a partir daqui que as

coisas se começam a complicar. O consórcio afirma que o Ministério da Defesa deixou de responder às suas cartas, vindo a cortar praticamente todo o contacto, até que, a 17 de Agosto, uma carta do ministério informa que o contrato foi anulado por o consórcio não ter cumprido uma das cláusulas, concretamente a do primeiro pagamento.

Mais estranho ainda é que, nessa mesma data, o Ministério assina, com outra empresa sul-africana, a Specialized Supplies, um outro contrato, quase igual ao primeiro. A diferença principal está nos preços a pagar pela sucata, substancialmente mais altos.

A partir desse momento, Eduardo Calane tenta, por todos os meios, validar o seu contrato. Escreve a toda a gente, até ao pri-

meiro-ministro e ao Presidente da República, sem obter respostas de ninguém. Passa, em seguida, "dossiers" bastante completos (embora insinue que mantém alguns documentos importantes na manga) aos órgãos de informação, que começam a falar do assunto.

Por parte do Ministério da Defesa, no entanto, o silêncio continua completo.

O tempo foi passando e a DEVSA, parte sul-africana do consórcio, colocou a questão em tribunal, na África do Sul. E o tribunal mandou congelar contas do Estado moçambicano, preventivamente.

No passado dia 30, o primeiro-ministro telefonou ao procurador-geral da República, dizendo-lhe que o Governo o incumbia de defender o Estado no tribunal sul-africano. A decisão tinha sido tomada, ao fim de longas deliberações, na reunião do Conselho de Ministros da terça-feira anterior.

O procurador, dr. Mulembwe, afirmou aos órgãos de informação que já estava a estudar o assunto, mas só através dos documentos fornecidos pelo consórcio, pois o Ministério da Defesa continuava a não quebrar o seu prolongado silêncio.

Os comentários que circulam em Maputo associam esse silêncio a uma rede de compromissos assumidos com base em altíssimas luvras, de que agora seria difícil os envolvidos desvencilharem-se. O julgamento poderá, no entanto, esclarecer pelo menos parte do mistério. ■

O ano da transformação

PÚBLICO

SÁBADO, 9 JANEIRO 1993

Para a África do Sul, 1992 foi um ano cinzento em que mais de três mil pessoas caíram vítimas de violência política. Um ano em que as negociações constitucionais foram interrompidas e terríveis massacres se seguiram, em que a taxa de criminalidade disparou e em que a economia caiu, em que a esperança deu lugar ao desespero e a confiança a uma nova vaga de truques sujos, e em que tanto Frederik de Klerk como Nelson Mandela perderam a sua aura, quando desceram ao ponto de se amaldiçoarem mutuamente.

E mesmo num ano que acabou com uma ameaça de secessão do chefe zulu Mangosuthu Buthelezi e com outra de guerra racial dos radicais negros do Congresso Pan Africano, há sinais de uma fénix a renascer das cinzas. Tudo aponta para que 1993 seja o ano da transformação, quando a mudança verdadeira vai finalmente acontecer e a África do Sul passará de um governo branco para um governo negro.

Em meados do ano, o Partido Nacional de De Klerk e o Congresso Nacional Africano de Mandela administrarão o país em conjunto. Pelo fim do ano, ou no máximo em Março de 1994, as primeiras eleições um homem-um voto vão realizar-se, abrindo a era do governo da maioria. [Ontem, ao assinalar os 81 anos do ANC, Mandela defendeu a realização do escrutínio este ano.]

O paradoxo está em que este prognóstico optimista resulta directamente dos desastres de 1992. Foi necessária a perspectiva de um desastre nacional iminente para levar os dois principais partidos a compreender que era melhor enterrarem as suas diferenças e trabalharem juntos, pois senão nada restaria para lutarem. Este entendimento começou a alvorecer em Setembro passado, quando o ano atingiu o seu nadir com o massacre de Bisho, em que 29 manifestantes do ANC foram ceifados pelo exército do Transkei quando marchavam para a capital de um

"país" independente apenas no nome. O banho de sangue provocou nos militantes de ambos os lados um efeito de choque que os levou a desviarem-se da rota de colisão em que se encontravam.

No ANC, os radicais ficaram desacreditados num momento em que a sua influência ameaçava tornar-se dominante, quando as negociações continuavam num impasse e a violência nas cidades negras estava em escalada. Mandela e outros moderados do ANC puderam recuperar a preponderância na determinação da estratégia a seguir.

Do mesmo modo, no lado do Governo, o episódio emudeceu os "duros" que pretendiam confrontar a "acção de massas" do ANC com uma larga manifestação de força. No espaço de duas semanas, Mandela e De Klerk encontraram-se numa cimeira que lançou os pilares de um novo avanço no sentido da cooperação.

A cimeira seguiram-se dois meses de discussões frente-a-frente entre o Ministro dos

Assuntos Constitucionais, Roelf Meyer, e o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, que chegou à política vindo do movimento sindical e é o mais experiente negociador negro da África do Sul. No início de Dezembro, equipas de 20 homens de cada lado tinham-se fechado em segredo durante cinco dias e concluído uma série de acordos bilaterais.

Outra sessão bilateral principia no dia 20, uma semana antes de De Klerk inaugurar aquela que será certamente a última sessão do parlamento sul-africano dominado pelos brancos. Provavelmente em Fevereiro, a Convenção para uma África do Sul Democrática, conhecida por Codesa, deverá ser chamada a ratificar os acordos informais Governo/ANC.

Alguns dos pequenos partidos, em especial o Inkhata de Buthelezi, podem ameaçar retirar-se, mas mesmo que o façam o acordo avançará. Serão feitos enormes esforços para incluir estes pequenos partidos, a começar pelo Inkhata, a há reuniões bilaterais marcadas para este mês entre o Partido Nacional e o Inkhata e entre Mandela e Buthelezi. Mas as

grandes decisões foram conseguidas pelos principais jogadores e a Buthelezi será dito que não tem poder de veto.

A Codesa anunciará pormenores de um conselho executivo transitório que na realidade governará o país até que se realizem eleições. Provavelmente terá membros do ANC e do Partido Nacional em igual número, e depois alguns dos pequenos partidos.

O Governo continuará em funções, mas apenas nominalmente. O seu papel será conferir legalidade às decisões do conselho transitório. A eleição será para uma assembleia constituinte que deverá elaborar uma nova constituição. Esta assembleia será ao mesmo tempo um parlamento interino, e um governo também interino de unidade nacional entrará em funções até que haja acordo constitucional.

Então passará a existir uma nova África do Sul. ■

Allister Sparks

[jornalista e escritor especializado em questões sul-africanas]

Exclusivo PÚBLICO/"The Washington Post"

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 6 JANEIRO 1993

Sul-africanos investem em Moçambique

EMPRESÁRIOS sul-africanos estão a incrementar contactos com as autoridades de Moçambique com o objectivo de obterem autorização para investir naquele país. De acordo com o jornal "Diário de Moçambique", os empresários da África do Sul formularam "muitos" pedidos de autorização às autoridades de Maputo para poderem investir em diversas áreas da economia moçambicana. O jornal refere que a maioria dos pedidos incide nos sectores agrícola, industrial e turístico. No entanto, os potenciais investidores deverão esperar pelo fim da guerra para iniciarem as suas actividades. ■

Ano Novo, violência velha

LUTAS ENTRE famílias e emboscadas a viaturas no âmbito da violência política e racial estiveram na origem das primeiras vítimas mortais deste ano na África do Sul: 13 mortos e nove feridos, segundo um balanço ainda provisório ontem anunciado por um porta-voz da polícia sul-africana, capitão Hamilton Ngidi, que reservou para breve a informação definitiva.

Três dos mortos do Ano Novo sul-africano resultaram de recontros, domingo, entre adeptos do Partido da Liberdade (Inkhata, de etnia zulu) e do movimento radical negro Azapo, num bairro suburbano próximo de Silver City, Bekkersdal, na zona oriental de Joanesburgo. Todos foram mortos com armas brancas.

O agravamento da violência no país, aproveitado por um porta-voz do Congresso Nacional Africano (ANC) para acusar o Inkhata de ter estado na origem dos incidentes, foi lamentado por um responsável da polícia sul-africana, instituição que perdeu entretanto o seu primeiro agente de 1993. No ano anterior, morreram 226 polícias, contra 145 em 1991 e 107 em 1990.

Um porta-voz da polícia, citado pela agência Lusa, disse que a violência contra as forças de segurança se deve a ataques do APLA (Exército de Libertação do Povo Azaniano), braço armado do Congresso Panafricano

(PAC, organização que em 1959 se separou do ANC) que vem rejeitando o diálogo e defende o recurso à violência contra a minoria branca, e de criminosos que fazem das patrulhas o seu alvo preferencial.

A comissão presidida pelo juiz Goldstone, formada para estudar a violência na África do Sul e propor soluções para acabar com ela (pelo menos seis mil pessoas morreram desde Fevereiro de 1990, início do processo de abertura política do Presidente Frederik De Klerk), foi ontem informada de que as acções contra as forças de segurança estão a ser lançadas a partir do bantustão do Transkei, gerido pelo general bantu Holomisa. Aqui, bem como no Zimbabwe, Tanzânia, Uganda e China, estarão a ser treinados quadros do APLA.

Atentados bombistas e emboscadas mataram pelo menos sete pessoas e feriram 40 no final do ano passado, em resultado de incidentes registados em diversos pontos das fronteiras com o Transkei e o Lesoto, o que levou Pretória a ameaçar Holomisa com acções armadas contra os campos de adiestramento dos alegados autores. Mas o senhor do bantustão não ficou assustado.

"Chegou a hora do regime de Pretória enterrar os seus mortos", declarou, no seu quartel-general, na Tanzânia, um porta-voz do APLA. "Vamos fazer de 1993 o ano da grande re-

volta", disse o mesmo dirigente, ontem citado pela agência Reuter. A organização reivindicou já a responsabilidade pelos atentados de Dezembro.

Por reivindicar continuava ontem o atentado perpetrado domingo, cerca de meia-noite, contra uma loja pertencente a Malcolm Hepburn, o único branco do ANC na região de Patensie, próxima de Port Elizabeth, província do Cabo. A explosão de duas bombas não causou no entanto vítimas, apenas desgastes materiais.

Depuração militar

As acusações da polícia sul-africana ao APLA não impedem os jornais sul-africanos de trazer às primeiras páginas os muitos discretos conluios da minoria branca contra o crescente protagonismo da maioria negra. O afastamento de 23 oficiais superiores dos serviços secretos sul-africanos (MI), e uma série de revelações veiculadas pela Imprensa sobre o seu papel em acções de "sabotagem política", recebeu um novo fôlego com a recente identificação de nove deles — cinco generais do Exército, um oficial superior da Marinha, dois coronéis e um outro de patente inferior.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 6 JANEIRO 1993

Os seus nomes, apontados pelo ministro da Defesa, Gene Louwe, no fim de Dezembro, parecem indiciar a vontade do Presidente De Klerk em demarcar-se de actuações pouco transparentes e dar, ao mesmo tempo, a ideia de não ter perdido o controlo da situação.

Segundo Georges Marion, correspondente do "Le Monde" em Joanesburgo, constituem todos a fina-flor do MI e a sua missão consistia em boicotar as negociações para uma nova Constituição e eliminar, pelo caminho, uma série de pessoas julgadas indesejáveis.

Trata-se de mais um episódio do envolvimento da secretaria militar na desestabilização da oposição. No princípio de 1992, várias revelações mostraram como Pretória dirigia discretamente uma sociedade, alegadamente virada para assuntos "educativos" mas financiada por militares, onde jovens eram treinados para formar grupos de provocadores para operarem nas fileiras da oposição.

Mais tarde estalava o escândalo Inkhata: os serviços secretos tinham formado muitos jovens do partido dirigido por Mangosuthu Buthelezi, segundo um membro do seu Comité Central, depois envolvidos em trágicas sangrias nos "townships". ■

Fernando Sousa